CONGRESSO

Decisão sobre a meta fiscal sairá até o dia 16

Relator da LDO diz que governo pediu prazo para definir se mudará meta de deficit zero

» EDLA LULA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, ontem, o relatório preliminar do deputado Danilo Forte (União-CE) sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Como esperado, não houve alteração da meta de resultado fiscal para 2024, em que o governo se propõe a zerar o saldo nas contas públicas, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para mais ou para menos.

Ao apresentar o seu parecer, o relator da LDO aproveitou para alfinetar a equipe econômica, manifestando que busca um orçamento "o mais real possível".

Forte vinha cobrando do governo que enviasse uma mensagem modificativa alterando a meta, diante da previsão de aumento de gastos públicos, num momento em que as receitas estão caindo, com "quatro meses consecutivos de perda de arrecadação", segundo ressaltou.

O tema ganhou destaque nos últimos dias, depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconhecer que, "dificilmente", o país alcançaria a meta.

"Desde abril, a gente vem alertando para a dificuldade que era e que será o atingimento da meta fiscal zero", salientou Forte. Ele ressaltou, ainda, que um orçamento mais realista vai descartar do país "qualquer possibilidade que possa incorrer numa insolvência econômica ou no risco de uma deterioração das nossas bases econômicas, como tem acontecido em países irmãos, como argentinos".

O parlamentar destacou ainda que, por outro lado, as despesas também cresceram 10,6% este ano em relação a 2022.

Apesar de apregoar uma LDO mais aproximada pela realidade fiscal do país, Forte optou por não alterar, ele mesmo, a meta fiscal. "Seria mais confortável, para debatermos, se essa emenda fosse liderada por alguém próximo ao governo, porque a responsabilidade ficaria mais identificada com o governo", argumentou.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão Mista de Orçamento aprovou, ontem, o relatório preliminar do deputado Danilo Forte

> **O governo está estudando a possibilidade da emenda para fazer a revisão da meta. Essa resposta depende do governo, deixei muito claro que essa iniciativa não é nossa"**
>
> ***Danilo Forte (União-CE),*** *relator da LDO*

O deputado ressaltou que o Executivo é que tem o número preciso sobre dados e previsões de receitas e despesas. "As estimativas das receitas vêm do governo. Quem tem a compreensão e a responsabilidade disso é o Executivo", alegou.

O relator contou que na reunião que teve, na sexta-feira, com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Simone Tebet (Planejamento), deixou claro "que a iniciativa deveria partir do Executivo".

Após a votação no Congresso, ontem, Forte esteve com Costa e afirmou que o governo está avaliando se mudará a meta, escolhendo um parlamentar da base para apresentar a emenda. Isso deve ocorrer até o dia 16.

"Ele (Rui Costa) pediu um prazo para que, na próxima semana, seja apresentada ou não a emenda que vai fazer a revisão da meta", comentou o deputado, informando ainda que o ministro aguarda anexos que a pasta da Fazenda ficou de apresentar, além da votação do projeto das subvenções (MP 1185), que deve incrementar a receita no próximo ano.

A votação do relatório final deve ocorrer até o dia 22, seguindo imediatamente para deliberação no Congresso.

A LDO precisa ser aprovada para que o Parlamento passe a discutir o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) antes do fim do ano legislativo.

Emenda de liderança

Uma novidade a ser introduzida pelo relator na LDO é a criação da emenda parlamentar controlada pelas bancadas partidárias no Congresso. Segundo Forte, a rubrica "RP5, que vai substituir o chamado 'orçamento secreto' ou a 'emenda de relator', trará mais transparência" à execução orçamentária.

"Estamos criando um novo espaço, uma nova rubrica, que é a RP5, que vai abrigar a parte do Orçamento que será destinada às emendas parlamentares por bancadas. É uma iniciativa nova, em que as bancadas, pela representação, terão uma participação de influir na construção orçamentária do país", disse Forte a jornalistas, após a aprovação do seu parecer preliminar.

O Parlamento já havia criado as emendas individuais impositivas e as emendas por bancadas estaduais.

Em dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as emendas de relator só poderiam ser usadas para recompor o Orçamento, e votou pela inconstitucionalidade do orçamento secreto.

Bolsonarista causa briga em sessão sobre guerra

» VICTOR CORREIA

A sessão da Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara, convocada para discutir a visão palestina sobre a guerra na Faixa de Gaza, terminou em confusão, provocada pelo deputado Abílio Brunini (PL-MT). O parlamentar acusou os convidados — que defendiam o fim da morte de palestinos causada pela invasão e por bombardeios de Israel — de apoiarem o grupo terrorista Hamas. "Quem governa a Faixa de Gaza é o Hamas. Tenham vergonha e assumam isso", disparou o bolsonarista, exaltado. Ele também disse que o Brasil não deveria enviar ajuda humanitária à região.

A declaração de Brunini foi respondida com cantos de "Palestina livre" e "Israel assassino do povo palestino". Os representantes do território do Oriente Médio reagiram ao deputado. O presidente da Federação Palestina no Brasil (Fepal), Ualid Rabah, se levantou e, dedo em riste, rebateu o parlamentar. A comissão ouviria, ainda ontem, representantes e defensores de Israel, mas a sessão acabou sendo cancelada por causa da briga.

Os encontros tinham sido divididos justamente pelo temor de confrontos. Das 9h às 11h, foi apresentado o posicionamento palestino, que classifica a invasão e os bombardeios de Israel como um genocídio. A parte dos israelenses estava prevista para depois das 11h.

Antes de acontecer a briga, Ualid Rabah apresentou dados sobre a guerra e fez duras críticas às ações de Israel, desde sua fundação, em 1948. "É o primeiro genocídio televisionado da história humana", enfatizou o presidente da Fepal, logo no início de sua fala. "Nunca existe o último dia, nunca existe o último morto, o último ferido, o último segundo de apartheid. Sempre está por vir." Em um mês de conflito, completado ontem, houve mais de 10 mil mortos.

Rabah classifica Gaza como "o campo de concentração" mais longevo da história, com pessoas que nascem ali e não conhecem outra realidade. Ele ainda criticou a posição do Brasil na guerra e pontuou que o país deve cortar relações com Israel e cancelar acordos de cooperação assinados nas áreas de tecnologia e segurança.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Contribuintes vão pagar pelos muitos subsídios e exceções da reforma

Brasileiro ilustre, o geógrafo Milton Santos (1926-2001) era um especialista nas relações entre o atual modelo de globalização e as periferias do mundo e sua economia. Seu olhar sobre esse modelo de desenvolvimento era muito focado na compreensão das desigualdades e da exclusão social. Por isso, sua geografia desenvolveu novos conceitos sobre espaço, lugar, paisagem e região, nos quais o fator humano era central. Com 40 livros publicados e 20 títulos de doutor honoris causa, o geógrafo continua sendo uma referência mundial nas ciências sociais.

Os conceitos de Santos nos permitem ligar dois assuntos que estão na ordem do dia aqui no Brasil: o apagão provocado pelas chuvas em São Paulo e a reforma tributária em aprovação pelo Congresso. São exemplos de captura das políticas públicas por grandes interesses privados, em detrimento do que o professor Santos chamava de "vida banal" da população, ou seja, o cotidiano dos cidadãos. Nas periferias, isso tem o agravante da presença do tráfico de drogas e das milícias no espaço vazio criado pela ausência de políticas públicas eficientes e inclusivas.

Por exemplo, o governo federal cobra providências e explicações da concessionária Enel sobre o apagão em diversos pontos da capital paulista. A queda de energia aconteceu após temporais atingirem a cidade e chegou a afetar o funcionamento de locais como o Parque Ibirapuera, onde está sendo realizada a 35ª Bienal de São Paulo, e escolas que realizariam o Exame Nacional do Ensino Médio.

O apagão já dura seis dias para 200 mil domicílios e chegou a atingir 700 mil imóveis, o que provocou enormes prejuízos para a indústria, o comércio e os serviços, principalmente na área de alimentação.

A Enel é uma empresa italiana, que ganhou as concessões de distribuição de energia em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Goiás, onde deixou de operar depois de pressionada pelo governo estadual, em razão da má qualidade dos serviços. A ex-companhia estatal se tornou uma multinacional depois de privatizada, com atuação também na Espanha, Croácia, Sérvia, Rússia, Chile, Argentina e Peru. Atuava em El Salvador, mas foi obrigada a sair do mercado de eletricidade por causa de uma disputa com o governo local.

Justiça tributária

O apagão prolongado não é culpa somente da chuva, trata-se de um caso de captura de políticas públicas por uma megaempresa, capaz de fazer lobby poderoso para manter seus lucros em detrimento da qualidade dos serviços que presta à população. Obviamente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que deveria fiscalizar esses serviços, também foi capturada pelo lobby das empresas do setor. E o que tem a ver o apagão com a reforma tributária? Muito mais do que se imagina: a reforma está sendo domada pelos lobbies empresariais com antecipação.

Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou por 20 votos a seis o relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O texto é um avanço em relação ao sistema tributário atual, mas terá uma alíquota estimada em 27,5% do valor das mercadorias, o segundo maior imposto do mundo (perde para a Hungria), em razão dos subsídios e exceções que estão sendo criados. Mesmo assim, a equipe econômica do governo e grande parcela do empresariado defendem a reforma, que vai simplificar o pagamento de impostos, mas isso não resolve o problema da justiça tributária. O cidadão comum pagará a conta dos subsídios e exceções.

Hoje, o Senado deve sacramentar a proposta em plenário. Cinco impostos serão substituídos por dois, sobre o chamado "valor agregado". PIS, Cofins e IPI serão fundidos no CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), de competência federal. O ICMS (arrecadado pelos estados, mas compartilhado com a União e os municípios) e o ISS (municipal) darão lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Todos os impostos serão cobrados no destino, onde os bens e serviços são consumidos, o que deve pôr fim à guerra fiscal. A transição para o novo sistema terá a duração de sete anos, de 2026 a 2032.

O texto a ser votado no Senado mantém a criação de uma cesta básica nacional de alimentos isenta de tributos, aprovada na Câmara, mas alguns alimentos que foram acrescentados pelos senadores pagarão 60% das alíquotas. Treze setores pagarão apenas 40% do imposto. A reforma prevê a criação de um Imposto Seletivo, de competência federal, sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente — como cigarros e bebidas alcoólicas. Devido às mudanças feitas no Senado, que criou 10 exceções a serem regulamentadas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou, ontem, que a reforma tributária pode ser "fatiada", o que possibilitaria a promulgação de partes em que haja consenso entre deputados e senadores. Ou seja, as mudanças propostas pelo Senado estão no telhado.